



Political
Intelligence

Relatório Brexit



A Semana de Decisões no Parlamento Britânico

Seria no dia 11 de dezembro que o Parlamento Britânico votaria o acordo do Brexit aprovado pelo Reino Unido e pelos 27 líderes da União Europeia em novembro. Enquanto toda a Europa ansiava pelo resultado da votação, Theresa May optou por adiá-la para a semana de 14 de janeiro – e prometeu dirigir-se a Bruxelas para alterar o acordo que, nos moldes em que se encontra, estaria condenado à rejeição pelos membros de Parlamento.

No dia seguinte, o Parlamento, a pedido do líder da oposição trabalhista, Jeremy Corbyn, decidiu convocar um debate de emergência para discutir a decisão de Theresa May. A Primeira-Ministra do Reino Unido não presenciou o debate; a caminho de Bruxelas, planeava reunir-se com os líderes da União Europeia tendo em vista a renegociação do acordo.

A liderança de May é questionada nessa mesma semana – sujeita a uma moção de censura pelo próprio partido, precisava de angariar, até ao final da tarde, o apoio de pelo menos 158 membros do Partido Conservador. O protagonista desta moção foi Jacob Rees-Mogg, apologista do “hard brexit”, que considera Theresa May inapta para liderar o Partido e para concretizar o Brexit tendo em conta os melhores interesses do Reino Unido.

May sobrevive com 200 votos a favor e 117 votos contra. Mantém-se, assim, na liderança do Partido, não podendo ser contestada durante o próximo ano; fica a promessa de não se recandidatar às eleições de 2022, e a garantia de que a votação do acordo será feita até 21 de janeiro.



O “Backstop” da Irlanda trava aprovação do Acordo

A questão cerne que leva May a assumir a rejeição do acordo é o mecanismo de “backstop” da Irlanda do Norte. Para manter as fronteiras abertas dentro da ilha da Irlanda, o acordo sugere que a Irlanda do Norte se mantenha na União Aduaneira da União Europeia. Para evitar uma fronteira física entre a Irlanda do Norte e o resto do Reino Unido (algo criticado por comprometer a sua integridade territorial), este último permaneceria na União Aduaneira, respeitando as regras de qualidade e normas de segurança alimentar da União Europeia.

Este mecanismo seria temporário, cessando quando fosse encontrada uma solução adequada. No entanto, este “backstop” é altamente contestado, ao obrigar o Reino Unido a obedecer a regras sobre as quais não pode ter uma palavra a dizer. Caso não seja encontrada uma solução alternativa, está previsto que a Irlanda do Norte possa permanecer na União Aduaneira.



O Diálogo sem Concessões da União Europeia

No dia 10 de dezembro, antes da votação do acordo pelo Parlamento Britânico, o Tribunal de Justiça da União Europeia determinou a capacidade do Reino Unido para reverter o Brexit unilateralmente, isto é, sem a permissão dos 27 líderes europeus.

O adiar da votação trouxe não a revogação do Artigo 50.º, mas tentativas de renegociação do acordo. Apesar da disponibilidade em dialogar com May, a União Europeia mostra-se intransigente quando confrontada com uma possível renegociação.

No dia 14 de dezembro, o Conselho Europeu comunicou as conclusões da reunião dos líderes sobre o artigo 50.º, e de imediato esclarece – “a União subscreve este acordo e tenciona avançar com a sua ratificação. O acordo não está aberto à renegociação.” O comunicado, inclusive, aborda as preocupações do Parlamento Britânico no que concerne ao “backstop”: assegura que é uma “solução de último recurso”, aplicada “temporariamente” até à sua substituição por um acordo ulterior que garanta a ausência de uma fronteira física na ilha da Irlanda.

May procurou, durante a época festiva, contactar os vários líderes europeus – Donald Tusk (Presidente do Conselho Europeu), Jean Claude Juncker (Presidente da Comissão Europeia) e Angela Merkel (Chanceler alemã). Todavia, a União Europeia mantém-se intransigente, sendo reiterada, no dia 7 de janeiro, a posição de que os líderes europeus não iriam renegociar o Acordo existente – “o acordo que está na mesa é o único, e é o melhor acordo possível”. As negociações estão completas, e todos diálogos levados a cabo por Theresa May são informais, e não resultarão em alterações no Acordo.



Planos de Contingência

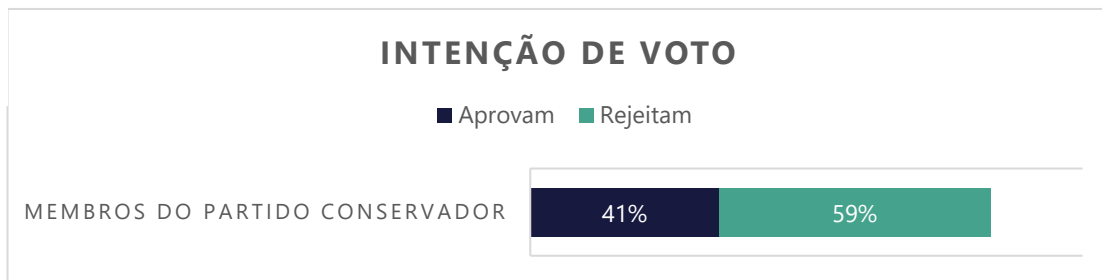
Com a possibilidade iminente de uma saída sem acordo, tanto o Reino Unido como a UE anunciaram planos de contingência para o período imediato após o dia 29 de março. A UE, inclusive, incentivou todos os Estados-membros a elaborarem medidas próprias para mitigar efeitos imediatos de uma saída sem acordo.

A UE, no plano divulgado em 19 de dezembro, inclui 14 medidas que procuram garantir os interesses fulcrais em setores como a aviação, serviços financeiros e a residência dos cidadãos europeus no Reino Unido. Estas medidas, todavia, não substituem uma ação concertada de preparação para o Brexit, assumindo uma natureza temporária e unilateral.

O Reino Unido, por sua vez, tem focado a sua atenção no armazenamento de recursos e matérias-primas; o reerguer súbito das barreiras alfandegárias resultará no acréscimo do tempo necessário para que as trocas comerciais se concretizem, podendo privar os britânicos de alguns alimentos e medicamentos. Nesse sentido, estão a ser levados a cabo “testes” nas várias vias de comunicação britânicas, simulando um cenário de “hard borders” para verificar os seus efeitos na circulação de bens. A tal se alia a preparação de contingentes militares (cerca de 3 500) a serem mobilizados em caso de protesto no dia 29 de março, e a alocação de 2 biliões de libras esterlinas para um fundo de contingência.

Posições Partidárias na Votação do Acordo

Quando May anunciou que a votação definitiva dar-se-ia a 15 de janeiro, previa-se a rejeição do Acordo. De acordo com uma sondagem levada a cabo pelo YouGov, divulgada em 4 de janeiro, 59% dos membros do partido Conservador não aprovam o acordo de Brexit negociado. Quando confrontados com a possibilidade de, ou saírem da UE com o acordo negociado, ou abandonarem a organização sem acordo, 64% dos inquiridos preferiam um “hard Brexit”.



Já no caso do Partido Trabalhista, 71% dos seus eleitores defendem a realização de um novo referendo; e 88% dos membros do Partido referem que, caso avançasse o recurso ao voto popular, votariam “Remain”. A posição de Jeremy Corbyn, contudo, é diametralmente oposta àquela defendida pela maior parte dos eleitores e dos membros do Partido – acérrimo defensor do Brexit, rejeita o acordo de May, mas não coloca como possibilidade a realização de um novo referendo.

O Acordo acabou por ser rejeitado pelo Parlamento, com 432 votos contra, e 202 a favor. A pesada derrota para May incentivou o líder do Partido Trabalhista a avançar com uma moção de censura à Primeira-Ministra britânica, vencida por esta última com uma margem de 19 votos. Theresa May mantém-se no poder, mas cabe-lhe a difícil tarefa de delinear o curso a seguir pelo Reino Unido.



Observações Finais

Face ao descrito anteriormente, quais são os desfechos plausíveis para a saída do Reino Unido?

Após a rejeição do Acordo, este voltou a debate no dia 29 de janeiro, no qual foram aprovadas duas emendas que aconselham, primeiro, à exclusão da possibilidade de uma saída sem acordo; depois, à reabertura das negociações visando uma alternativa ao *backstop*. A União Europeia, por sua vez, tem de manter no seu discurso político o interesse sumo dos seus Estados-Membros, rejeitando abertura a todas e quaisquer alterações. Mantendo-se este impasse, a ameaça iminente é a de um *hard Brexit*, com a saída do Reino Unido a acontecer imediatamente no dia 29 de março de 2019.

Restará, então, aguardar pelas próximas semanas, nas quais May regressará a Bruxelas numa tentativa de encontrar mecanismos alternativos ao *backstop* da Irlanda do Norte ou, pelo menos, conseguir obter garantias legais de que este não permanecerá em vigência *ad aeternum*.